



Julio 2020 - ISSN: 1988-7833

## ANÁLISE HISTÓRICA E IMPACTOS DO NEOLIBERALISMO E DA MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL NA MANUTENÇÃO DOS ESTADOS DE BEM-ESTAR SOCIAL

Horígenes Fontes Soares Neto<sup>1</sup>  
Lessi Inês Farias Pinheiro<sup>2</sup>

Para citar este artículo puede utilizar el siguiente formato:

Horígenes Fontes Soares Neto y Lessi Inês Farias Pinheiro (2020): "Análise histórica e impactos do neoliberalismo e da mundialização do capital na manutenção dos estados de bem-estar social", Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales, (julio 2020). En línea:

<https://www.eumed.net/rev/cccss/2020/07/neoliberalismo-capital-estados.html>

<http://hdl.handle.net/20.500.11763/cccss2007neoliberalismo-capital-estados>

### RESUMO

O neoliberalismo e suas transformações, desde os meados do século XX, têm impactado sobremaneira na manutenção de políticas keynesianas adotadas em diversos países do globo, ditando as existências delas. Neste cenário, o estudo rememora e questiona brevemente a construção histórica do neoliberalismo e da mundialização do capital e seus possíveis impactos sobre Estados de Bem-Estar Social. O fito é compreender, na raiz, a viabilidade neoliberal em criar coerência macroeconômica e manter a coesão social nos Estados em que é implementada esta percepção do capitalismo, sobretudo no atual contexto de asseguarção de garantias do século XXI. Metodologicamente, a análise se fundamenta em pesquisa bibliográfica, baseada na revisão de literatura de artigos e livros de teóricos clássicos e contemporâneos, de modo a conduzir ao entendimento da desarmonia entre as políticas neoliberais e keynesianas observadas no atual milênio.

**Palavras-chave:** Neoliberalismo, mundialização do capital, políticas keynesianas, bem-estar social.

HISTORICAL ANALYSIS AND IMPACTS OF NEOLIBERALISM AND THE GLOBALIZATION OF CAPITAL IN THE MAINTENANCE OF STATES OF SOCIAL WELFARE

### ABSTRACT

Neoliberalism and its transformations, since the mid-twentieth century, have had a major impact on the maintenance of Keynesian policies adopted in several countries around the globe, dictating their existence. In this scenario, the study briefly recalls and questions the historical construction of neoliberalism and the globalization of capital and its possible impacts on Social Welfare States. The goal is to understand, at the root, the neoliberal viability in creating macroeconomic coherence and maintaining social cohesion in the states where this perception of capitalism is implemented, especially in the current context of guaranteeing guarantees of the 21st century. Methodologically, the analysis is based on bibliographic research, based on the literature review of articles and books by classical and contemporary theorists, in order to lead to the understanding of the disharmony between the neo-liberal and Keynesian policies observed in the current millennium.

**Keywords:** Neoliberalism, globalization of capital, keynesian policies, social welfare.

## ANÁLISIS HISTÓRICOS E IMPACTOS DEL NEOLIBERALISMO Y LA GLOBALIZACIÓN DEL CAPITAL EN EL MANTENIMIENTO DE LOS ESTADOS DE BIENESTAR SOCIAL

### RESUMEN

El neoliberalismo y sus transformaciones, desde mediados del siglo XX, han tenido un gran impacto en el mantenimiento de las políticas keynesianas adoptadas en varios países del mundo, dictando su existencia. En este escenario, el estudio recuerda brevemente y cuestiona la construcción histórica del neoliberalismo y la globalización del capital y sus posibles impactos en los Estados de Bienestar Social. El objetivo es comprender, en la raíz, la viabilidad neoliberal para crear coherencia macroeconómica y mantener la cohesión social en los estados donde se implementa esta percepción del capitalismo, especialmente en el contexto actual de garantías del siglo XXI. Metodológicamente, el análisis se basa en la investigación bibliográfica, basada en la revisión de la literatura de artículos y libros por parte de teóricos clásicos y contemporáneos, con el fin de comprender la falta de armonía entre las políticas neoliberales y keynesianas observadas en el milenio actual.

**Palabras clave:** Neoliberalismo, globalización del capital, políticas keynesianas, bienestar social.

### 1 INTRODUÇÃO

As mudanças observadas nas estruturas econômicas dos Estados ao longo do século XX culminaram em complexos modelos de acumulação de capital, sobretudo nos Estados Unidos, Europa Ocidental e América Latina. No centro desta observação está o neoliberalismo, modo de acumulação capitalista que já na década de 1950 ressoa e impacta na conformação dos Estados e no jogo de dominação centro-periferia (Chesnais, 2013).

Diante deste enfoque, o presente ensaio busca compreender os arranjos históricos e conceituais de formação do neoliberalismo, bem assim de sua internacionalização, a mundialização do capital. Em tal prisma, as breves linhas que seguem questionam se de fato a relação de dominação imposta por países desenvolvidos apontou historicamente a quebra ou desmantelamento de Estados de Bem-Estar Social, seja nestes países ou naqueles subdesenvolvidos, sobretudo com o ápice neoliberal da financeirização das economias.

Para isto, metodologicamente, o trabalho utiliza de pesquisa bibliográfica, fundada em revisão de literatura. Artigos científicos e livros de estudiosos clássicos e contemporâneos das políticas neoliberais fornecem o norte teórico do ensaio. Devem-se citar, exponencialmente, Chesnais (1995; 1998; 2000; 2002; 2005; 2013) e Harvey (2014) que dão o tom neste singelo estudo dos caminhos percorridos por estes mais novos modelos de capitalismo em tempos hodiernos. Neoliberalismo e sua globalização, a mundialização do capital, marcam a inquietação aqui proposta em entender se decorreram deles consequências sobre políticas originalmente keynesianas no século XXI.

### 2 NEOLIBERALISMO EM ESCALA MUNDIAL

O século XX foi marcado por intensas contraposições de interesses teóricos, sociais e políticos fundamentados em proposições para a construção econômica dos Estados contemporâneos. A crise estrutural advinda da quebra da Bolsa de Nova York em 1929, fez a década

de 1930 e até fins da década de 1940, abraçarem políticas econômicas keynesianas<sup>3</sup>, responsáveis por movimentar a economia e o mercado a partir daquilo que se denomina Estado de Bem-Estar Social.

Os poderes públicos, conformados em Estados intervencionistas, adotaram na década de 1930 a segurança às liberdades coletivas, como os direitos sociais ao trabalho, moradia etc., bem assim o dever de realizar o controle e regulação dos mercados e a prestação de serviços como saúde e educação. Estas questões seriam abaladas com as restrições impostas pelo advento da Segunda Guerra Mundial.

Como qualquer conflito intercontinental que se instaura, a Segunda Guerra Mundial trouxe consigo a necessidade de revisão de políticas estatais até então implementadas. Sobretudo na esfera econômica, em especial pela ameaça ao capitalismo no pós-*crash* de 1929 e o interesse maior em evitar novos embates geopolíticos geradores de outra guerra, remodelações nas políticas de Estado urgiam.

Para que os interesses do pós-guerra em evitar novos embates e gerar estabilidade política e econômica fossem viabilizados, era preciso a garantia de pacificação, inclusão, pleno emprego, bem-estar e tranquilidade intra e interestados, firmando-se espécie de pacto entre a classe capitalista e a trabalhadora. Era o início do liberalismo embutido, uma mistura de políticas keynesianas e liberais, responsável pelo crescimento econômico, durante as décadas de 1950 e 1960, nos países capitalistas avançados, e pela promoção de uma economia moral e social com Estados intervencionistas democrata-cristãos, dirigistas e social-democratas flexíveis ao mercado (Harvey, 2014).

O que todas essas várias formas de Estado tinham em comum era a aceitação [...] de que o poder do Estado deveria ser livremente distribuído ao lado dos processos de mercado – ou, se necessário, intervindo ou mesmo substituindo tais processos – para alcançar esses fins, e políticas fiscais e monetárias em geral caracterizadas como “keynesianas” foram implantadas extensamente para suavizar os ciclos de negócios e assegurar um nível de emprego razoavelmente pleno (Harvey, 2014, p. 20).

Durante os anos 1960, e até meados da década de 1970, a proposta ousada desta forma de liberalismo em exigir a generosidade norte-americana para “aceitar os déficits com o resto do mundo e absorver todo o produto adicional dentro de suas fronteiras” (Harvey, 2014, p. 21) conduziu à porosidade do capitalismo nos Estados com relação aos fluxos de moeda, pressionando o sistema de taxas de câmbio fixa. Nesta oportunidade, a moeda norte-americana havia transbordado o limite dos Estados Unidos para o mundo e fugido ao controle deste país, infiltrando-se em bancos europeus (Harvey, 2014).

Nos Estados Unidos, a desindustrialização e o capitalismo reestruturado corroeram o país, ocasionando a insatisfação social de populações marginalizadas nos fins da década de 1960, com consequentes levantes sindicais e populares, em especial na cidade de Nova York (Duménil & Lévy, 2005). Na Inglaterra, as políticas que ao longo dos anos 1960 cuidavam em essência das necessidades financeira, em lugar da produção doméstica, intensificaram conflitos, geraram

estagflação, desemprego generalizado, drenagem pelas indústrias nacionalizadas de recursos do Tesouro, crises em balanços de pagamento e déficits orçamentários.

Este processo afetou as estruturas de mercado, monetárias, fiscais e sociais adotadas no período apelidado de liberal-keynesiano, levou à eclosão de crises urbanas e sociais. Apresentou-se, em razão disto, um colapso de acumulação de capital provocador, até mesmo, da imposição de taxas de juros flutuantes e pressões que desembocariam na retirada das taxas de câmbio fixas do mercado (Duménil & Lévy, 2005).

Neste rumo, a proposta de liberalismo embutido arruína-se e países como a Inglaterra necessitam buscar novas formas de soerguerem-se. Adota-se estrutura econômica diversa da até então vigente e procura-se apoio financeiro de organismos internacionais – entre os anos 1975 e 1976 a Grã-Bretanha necessitou de auxílio financeiro do Fundo Monetário Internacional (FMI) para se reestruturar (Duménil & Lévy, 2005).

A partir disto, substituindo o liberalismo embutido e saindo da roda de discussões fundada na sociopoliticamente inexpressiva *Mont Pelerin Society*<sup>4</sup>, estabeleceu-se o neoliberalismo como forma de salvação das mazelas que acometiam o mundo nesta fase do século XX. Teoricamente, a perspectiva neoliberal propunha, baseada nos ideais de dignidade humana e liberdade individual, que a função do Estado seria garantir e oportunizar o regime de direito, o livre funcionamento do mercado e do comércio (responsável pela eliminação da pobreza) e os direitos individuais à propriedade privada.

Propunha o neoliberalismo que o bem social se maximizaria quando fossem ampliados frequência e alcance das relações mercadológicas, e que todos os atos do homem se relacionam no domínio do comércio. Segundo os teóricos neoliberais, ainda, as liberdades de escolha, expressão e ação deveriam ser protegidas sob qualquer custo pelo Estado, detentor do monopólio do uso da violência, utilizando-a, se necessário fosse.

Entretanto, se de um lado a teoria apresentava sua face garantidora da dignidade humana, de outro impunha aos indivíduos a responsabilidade por suas ações e seu bem-estar. O individualismo neoliberal obriga-os a responderem autonomamente por suas vidas pessoais e sociais. A competição (entre indivíduos, territórios e empresas), a desregulação dos mercados e as privatizações tornam-se peças-chave para assegurar melhoria de qualidade, redução de custos (ao consumidor e de tributos) e aumento de eficiência e produtividade. As empresas e negócios passaram a não só inserir seus agentes nas estruturas governamentais, como também exercer intensa influência na escrita das leis e no ciclo de políticas públicas (Harvey, 2014).

O Estado, tido como intervencionista e regulatório na perspectiva keynesiana, passa a assumir caráter mínimo de criador das condições favoráveis ao acúmulo de capital, de modo que suas decisões na esfera econômica estavam fadadas à dependência das forças de grupos políticos e de interesse envolvidos nas dinâmicas decisórias, segundo os teóricos neoliberais. Ademais, ele tomava decisões erradas em questões que envolvessem acumulação de capital e investimentos, considerando que as informações disponíveis a si não eram tão efetivas e preciosas quanto aquelas possuídas pelo mercado (Duménil & Lévy, 2005).

A práxis e a teoria neoliberal percorreram caminhos paralelos em muitos aspectos e, então, denotaram o abissal aprofundamento das desigualdades sociais e econômicas (concentração de renda e riqueza) domésticas e entre Estados. Enviesaram a acentuada suspeita às relações democráticas, já que consideradas ameaças aos direitos e liberdades individuais constitucionais e luxo que só se asseguraria quando aliado à presença de uma classe média sólida e garantidora de estabilidade política. Não só isso, também conduziram ao enfraquecimento e desmantelamento de direitos historicamente conquistados, como os trabalhistas e sindical.

Não é demais destacar que na prática neoliberal um ponto de distorção significativo é identificado e do qual se compreende que “em caso de conflito, o Estado neoliberal típico tende a ficar do lado do clima de negócios favorável em detrimento seja dos direitos (e da qualidade de vida) coletivos do trabalho, seja da capacidade de autorregeneração do ambiente” (Harvey, 2014, p. 81). Isto, para os neoliberais, favoreceria a solvência de instituições financeiras e a integridade do sistema ao qual pertencem, como modo de sustentação do Estado. Do outro lado, no entanto, não outorgaria igual direito à qualidade ambiental e ao bem-estar da população.

Deve-se reprimir que as políticas neoliberais tiveram e têm, de fato, efeitos deletérios sobre as garantias sociais. Os princípios de liberdade e responsabilidade individual atingem profundamente a sustentação dos domínios de bem-estar expressados, sobretudo, pelas garantias keynesianas do trabalho, educação, saúde, previdência e assistência social. Encaradas como custo às economias pelos teóricos do neoliberalismo, a prática neste modelo econômico exige o esvaziamento de políticas públicas no setor social. É o que patentemente se observa na seara trabalhista, com a instabilidade e informalidade dos empregos<sup>5</sup>, perda de proteção e benefícios dos trabalhadores, desemprego e precarização das atividades<sup>6</sup>, bem como os baixos salários ofertados.

Nestes paradigmas, os primeiros efeitos reais da política neoliberal se apresentaram durante a década de 1970 ao redor do mundo. A América Latina, sob a ditadura chilena pós 1973, serviu de laboratório de testes para a implementação do modelo econômico do neoliberalismo nas economias de capitalismo central europeias e estadunidense, modo encontrado de subjugar o terceiro mundo à “nova ordem econômica global”.

O Chile, de Augusto Pinochet, apoiado por instituições norte-americanas, foi autor de repressões e desconstituições de movimentos sociais, organizações populares e de esquerda. Efetuou a liberação de limitações institucionais e regulatórias ao trabalho. Abriu a economia nacional chilena ao mundo por meio das privatizações de ativos públicos, exploração privada sem regulamentação, liberação de recursos naturais, facilitação de investimentos estrangeiros diretos, liberdade de comércio, e privatizou a seguridade social (Harvey, 2014). Todos estes fatores contribuíram à crise latino-americana da dívida de 1982, já que para assumir o pacto neoliberal muitos Estados foram levados à negociação de empréstimos junto ao FMI.

O caso chileno, resultado brutal do teste neoliberal na periferia do capitalismo, serviu de modelo à aplicação mais utilitária e aprimorada desta política, a partir de 1979, na Grã-Bretanha Thatcheriana e nos Estados Unidos de Ronald Reagan. Não se deve deixá-los de lado na abordagem do neoliberalismo e da globalização do capital, enquanto mais novos modos de acumulação capitalista.

No cenário norte-americano, em 1979, Paul Volcker, presidente do Banco Central dos Estados Unidos (FED), iniciou um período abrupto de quebra com os princípios políticos e monetários keynesianos, até então adotados, sob o argumento de contenção da inflação vivenciada pelo país no período. Na oportunidade, o denominado “choque Volcker” criou violentos passos políticos à reestruturação e estabilização norte-americanas: “controle de salários, erosão gradual dos sistemas de proteção social, onda de desemprego, crescimento lento e crises recorrentes nos países da periferia, deslocalização de empresas, elevações das tensões internacionais e novo militarismo” (Duménil & Lévy, 2005, p. 85).

A transposição da economia ao neoliberalismo não se baseava unicamente na adoção do monetarismo<sup>7</sup>, mas também na rejeição ao sindicalismo. Alia-se a isto o descompromisso com o Estado de Bem-Estar Social e diversas outras políticas governamentais adotadas nas mais variadas arenas, questões que seriam ratificadas pouco tempo depois pela vitória nas urnas, em 1980, do presidente Ronald Reagan.

Apoiando a visão neoliberal, Reagan forneceu o aparato político fundamental à alternativa monetarista de Volcker, propiciando maiores cortes no orçamento público e em impostos, desregulamentações e ampliação do combate ao poder profissional e sindical. Segundo a literatura econômica, a gestão Reagan representou, no espectro social, o alargamento da desigualdade, e, no espectro econômico, a reestruturação do poder da classe alta, mas, não só isso

A desregulação de tudo – de empresas aéreas e de telecomunicações ao sistema financeiro – abriu novas áreas de liberdade de mercado irrestrita para poderosos interesses corporativos. As reduções de imposto sobre investimentos na prática subsidiaram o movimento do capital do nordeste e do meio-oeste sindicalizados para o sul e o oeste não sindicalizados e fracamente regulados. A desindustrialização doméstica e a tendência a elevar a produção para o exterior tornaram-se muito mais comuns. O mercado, descrito ideologicamente como forma de promover a competição e a inovação, tornou-se veículo da consolidação do poder monopolista. Os impostos corporativos sofreram uma dramática redução e a faixa mais alta passou de 70% a 28%, naquilo que foi denominado “a maior redução de impostos da história” (Harvey, 2014, p. 34-35).

FMI e Banco Mundial, na década de 1980, por persuasão norte-americana, tiveram expurgadas as influências keynesianas que sobre si recaíam, tornando-se foco de implantação e propagação da ortodoxia de mercado e do fundamentalismo neoliberal (Duménil & Lévy, 2005). Transformam-se, portanto, em patrocinadores do neoliberalismo e das políticas estatais de desmonte social.

Na Europa, as influências do pensamento neoliberal foram tão intensas e reverberantes quanto nos Estados Unidos. Em 1979, ascende à chefia de governo na Grã-Bretanha Margaret Thatcher, com o compromisso de efetivar significativa reforma na economia. Dispôs-se a abandonar os dogmas regulatórios e assumir medidas monetaristas capazes de sanar a estagflação vivida na região, mecanismos que, segundo ela, só poderiam ser alcançados com a desestruturação do Estado Social-Democrata abraçado pela Inglaterra.

Como meios para atingir o objetivo pretendido, a atuação Thatcheriana trouxe à baila, assim como também o fez Reagan, o enfrentamento de esqueletos sindicais sólidos que tornassem

inflexível a competitividade no mercado. Thatcher barrou os pactos do Estado com o bem-estar social. Ainda, promoveu a iniciativa de empreendedores por meio da criação de um ambiente favorável aos negócios e à livre iniciativa comercial. Enfim, privatizou prestadoras de serviço público do Estado e reduziu impostos (Harvey, 2014). Em favor do individualismo, da responsabilidade individual e da propriedade privada, dissolveram-se os mecanismos de solidariedade social existentes na Inglaterra da época.

A maior expressão do neoliberalismo, contudo, se deu para fora dos países que viabilizaram sua existência e manutenção, essencialmente, Estados Unidos e Inglaterra. A partir de meados da década de 1975 a liberalização creditícia e o mercado financeiro internacional tornaram-se alvo de promoção do capital (Duménil & Lévy, 2005). Foram gerados endividamentos, crises e recessões, sobretudo nos países de terceiro mundo, graças à política neoliberal de serem os tomadores forçados pelos concessionários a assumirem os custos pelo pagamento da dívida contraída, independentemente das consequências à população daí advindas.

Na América Latina, México, Argentina, Brasil e Chile, países em desenvolvimento sedentos por crédito, endividaram-se durante os anos 1980 e 1990 por meio de empréstimos e créditos concedidos por instituições financeiras internacionais controladas pelo capital europeu e norte-americano. Eminentemente em razão da necessidade de incorporação por eles de um ajuste estrutural neoliberal determinado pelo Consenso de Washington<sup>8</sup>, em 1989. Houve o mergulho nesta forma de economia nos anos 1990, imposição para a integração destes países do Terceiro Mundo na sistemática capitalista contemporânea.

O neoliberalismo significou financiarizar a economia, com a dominação da finança sobre todos os setores econômicos e sobre a opulência do próprio Estado que o criou. Impôs “sem sombra de dúvida uma mudança no poder de produção para o mundo das finanças. Ganhos na capacidade manufatureira não mais significavam aumento da renda per capita, mas, certamente, significavam concentração em serviços financeiros” (Harvey, 2014, p. 42). Estas questões foram responsáveis pela mundialização do capital, o rosto do capitalismo contemporâneo.

### **3 MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL**

A mundialização do capital em muito se deve – e em variadas características se entrelaça – à política neoliberal frutificada nas últimas três décadas do século XX ao redor do mundo. Gravada sob a forma de globalização<sup>9</sup> pelo capitalismo norte-americano, pode conceitualmente designar “o quadro político e institucional no qual um modo específico de funcionamento do capitalismo foi se constituindo desde os anos 80, em decorrência das políticas de liberalização e desregulamentação de trocas, do trabalho e das finanças, adotadas pelos governos de países industriais” (Chesnais, 1998, p. 185). Na vanguarda deste processo, Estados Unidos e a Grã-Bretanha.

Boa parte da literatura atribui à queda do Muro de Berlim (1989) e ao desmantelamento do regime soviético (1991) o nascedouro do capitalismo de tipo internacionalizado. Contudo, foi já durante a implementação do regime neoliberal, no fim da década de 1970 e início da década de 1980,

que se registram as primeiras marcas da mundialização. Os sinais da mundialização do capital se apresentaram desde as liberalizações, desregulamentações e privatizações Thatcherianas e de Reagan (Chesnais, 2000). Foi na esfera financeira que essa “revolução conservadora” produziu suas consequências, com a aceleração do crescimento de ativos financeiros, desde 1980, maior que a do investimento, e o restabelecimento ao mercado da classe social de grandes e pequenos rentistas de ações e obrigações.

Em tal modelo, dentre suas características mais distintas, a mundialização denota três elementos constitutivos de significância. A descompartimentalização dos mercados financeiros nacionais, expressa internamente nas funções de mercado de câmbio, crédito, ações e obrigações e, externamente, pela integralização com os mercados mundiais. A desregulamentação ou liberalização monetária e financeira. Não se esqueça a desintermediação, representada pela abertura, a toda forma de investidor institucional, das operações de empréstimo, daí um ingresso no setor econômico-financeiro de fundos mútuos e fundos de pensão (Chesnais, 2005).

Nestes aspectos, fundamenta-se a destacada relação da instituição com o capital enquanto objetivador do lucro, facilitado pelo advento da interconexão firmada entre os Estados por meio da informática e das telecomunicações, maneiras de movimentar-se, sem restrições, de uma praça financeira a outra, seja por meio do capital financeiro em si ou do capital industrial financiado. Aliás, sob o aspecto da internacionalização do capital industrial ou produtivo, promoveu-se a formação de um oligopólio mundial nas esferas fabril e de serviços, bem como a interpenetração dos capitais globais, em que as multinacionais se tornaram as expressões mais visíveis dos processos de concentração industrial do capital e de centralização financeira (Chesnais, 2002), ampliadores de desigualdades.

Nascida da liberalização e da desregulamentação, a mundialização liberou, ao contrário, todas as tendências à polarização e à desigualdade que haviam sido contidas, com dificuldades, no decorrer da fase precedente. “A economia do arquipélago” da mundialização, a “balcanização” com suas consequências geopolíticas muito graves e a marginalização dramática de continentes e subcontinentes, são a consequência de forte seletividade inerente aos investimentos financeiros, mas também aos investimentos diretos quando os grupos industriais se beneficiam da liberalização e da desregulamentação das trocas como movimentos de capitais. A homogeneização, da qual a mundialização do capital é portadora no plano de certos objetos de consumo e de modos de dominação ideológicos por meio das tecnologias e da mídia, permite a completa heterogeneidade e a desigualdade das economias (Chesnais, 2000, p. 12-13).

Não obstante sua concretização como episódio marcante da conjuntura capitalista contemporânea, a mundialização do capital encontrou opositores à sua existência e consolidação enquanto fenômeno econômico, político e social. Cientistas britânicos elegeram cinco constatações que serviriam à desconstituição da teoria de internacionalização do capital: 1. não é inovação o elevado grau de capital internacionalizado; 2. as multinacionais faticamente globais não são numerosas; 3. os movimentos de capital não estão provocando redirecionamento aos países em desenvolvimento de emprego e investimentos; 4. a concentração dos fluxos de capital sobre os Estados Unidos, Europa Ocidental e Japão (“Tríade”) sobrepõe-se às demais inclinações da



mundialização; e 5. a capacidade de regular mercados econômicos e financeiros e coordenar suas atividades concentra-se em países de economia desenvolvida (Chesnais, 1998).

Apesar disso, vencendo as críticas que pela teoria se impunham, até mesmo porque algumas delas tornaram-se justificativa deste fenômeno, a mundialização do capital se reafirmou enquanto episódio inevitável por seus níveis. Com isso, ela, como totalidade sistêmica, deve ser entendida a partir de três níveis construtores, a saber: categoria do capital enquanto tal; economia mundial enquanto espaço de dependência política entre as nações e corpo de relações de dominação; e como regime de acumulação financeirizado mundial.

A primeira dimensão da mundialização do capital significa considerá-la mecanismo auto-valorizador das relações instauradas sob a propriedade privada dos instrumentos de produção, sem deslegitimá-la como unidade hierarquizada e diferenciada. Capital produtivo, comercial e capital-dinheiro, apesar de diferentes no interior de uma mesma unidade que é o capital, representam-se sob um idêntico formato, a propriedade privada, todos eles fortemente marcados, até mesmo o capital produtivo ou industrial, pelo cunho rentista que adotaram na era mundializada (Chesnais, 1998).

A segunda dimensão deste processo denota que a busca pela dominação do movimento do capital, através da mundialização, não desconstrói a figura dos Estados nacionais, muito pelo contrário, apenas redefine as configurações destes Estados e fortifica os fatores de hierarquização entre eles. As relações de dependência se estabelecem a partir do capitalismo global, disseminado por meio de instituições financeiras internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial. Estas encontram nos países de economia capitalista avançada, mormente os Estados Unidos, *locus* de dominação econômica e política do capital-dinheiro rentista sobre os países economicamente marginalizados, a exemplo dos já citados latino-americanos (Chesnais, 1995).

A (des)construção e jogo de forças na esfera econômica tornaram-se responsáveis por ditar os rumos da produção, das vidas e do aparelho sociopolítico das nações em processo de desenvolvimento incipiente, abrindo espaço à terceira dimensão. A terceira dimensão da mundialização reside na acumulação fundada no capital financeirizado. De forma singela, a financeirização significa a abertura interna e externa de sistemas nacionais ao espaço financeiro mundial de instituições bancárias e não bancárias, aliadas aos mecanismos (des)aceleradores de mercado, como os créditos, empréstimos, dívida pública, impostos e câmbio (Chesnais, 2013).

Este tipo de capital busca “fazer dinheiro’ sem sair da esfera financeira, sob a forma de juros de empréstimos, de dividendos e outros pagamentos recebidos a título de posse de ações e, enfim, de lucros nascidos de especulação bem-sucedida” (Chesnais, 2005, p. 35). Entende-se esta acumulação financeira como a “centralização em instituições especializadas de lucros industriais não reinvestidos e de rendas não consumidas, que têm por encargo valorizá-los sob a forma de aplicação em ativos financeiros – divisas, obrigações e ações – mantendo-os fora da produção de bens e serviços” (Chesnais, 2005, p. 37).

A financeirização é o formato de apresentação da mundialização no cenário do século XXI. Tem sua base na política neoliberal com fundo na responsabilidade individual, atuação mínima do Estado no controle de mercados e redução da provisão pública de bens e serviços. Neste contexto, é promotora da prevalência do mercado financeiro nas conformações e decisões estatais, sobretudo

quando atua para viabilizar o desmantelamento do Estado do Bem-Estar Social, como ocorre nos cenários sociais da América Latina desde os anos 1990, período de fortalecimento do neoliberalismo na latitude sul do globo.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O crescimento do neoliberalismo, observado a partir da década de 1980 com as políticas de Thatcher e Reagan, trouxe em seu bojo o desmantelamento dos Estados de garantias pretendidos pelas políticas keynesianas. As concepções do Estado mínimo, responsabilidade individual e aumento do bem-estar social com a ampliação da frequência e alcance do mercado, reverberaram naquilo que se entende enquanto supressão de um Estado de Bem-Estar Universalista.

Ao lado disso, o processo de mundialização do capital, originário da globalização dos fluxos de mercado e do dinheiro, contribuiu sobremaneira a que a reprodução do capitalismo adotasse novo formato e, em consequência disso, transformasse a economia mundial em espaço de dependência e subjugação dos países do centro para aqueles da periferia.

Neste contexto, a financeirização tornou-se estratégica por sua contribuição expressiva para o alargamento e surgimento de novas formas do capital (como o capital portador de juros) e mobilização das estruturas econômicas nacionais para a revalorização do capital por meio da finança, em lugar dos investimentos em capital fixo produtivo, o que tem conduzido à redução cada vez mais elevada da provisão pública de serviços e bens e efetivado a entrega dos Estados à finança mundializada. Não se tem coadunado coesão social e coerência macroeconômica em patente afronta às garantias que deveriam ser publicamente prestadas na era dos direitos. Logo, o que se vê é o desmantelamento histórico dos Estados de Bem-Estar Social em prol das finanças, marca das políticas neoliberais, financeirizantes e caso latino-americano.

#### REFERÊNCIAS

- Alencar Junior, O. G. & Salvador; E. S (2015): “Finanças, fundo público e financiamento da Seguridade Social no Brasil”. Revista *Katál*, Florianópolis, v. 18, n. 2, jul./dez. 2015, p. 239-248.
- Chesnais, F. (1995): “A globalização e o curso do capitalismo de fim-de-século”. Revista *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 5, dez. 1995, p. 1-30.
- \_\_\_\_\_. (1998): “Mundialização do capital, regime de acumulação predominantemente financeira e programa de ruptura com o neoliberalismo”. Revista *Redes*, Santa Cruz do Sul, v. 3, n. 1, jul. 1998, p. 185-212.
- \_\_\_\_\_. (2000): “Mundialização: o capital financeiro no comando”. Revista *Outubro*, ed. 5, fev. 2000, p. 7-28,.
- \_\_\_\_\_. (2002): “A teoria do regime de acumulação financeirizado: conteúdo, alcance e interrogações”. Revista *Economia e Sociedade*. Campinas, v.11, n.1, jan./jun. 2002, p.1-44.
- \_\_\_\_\_. (2005): “O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos”. In: Chesnais, F. (Org.). *A finança mundializada: raízes sociais, configuração, consequências*. Editora Boitempo. São Paulo, p. 35-67.

\_\_\_\_\_. (2013): “As raízes da crise econômica mundial”. Revista *Em Pauta*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 31, jan./jun. 2013, p. 21-37.

Duménil, G. & Lévy, D. (2005): “O neoliberalismo sob a hegemonia norte-americana”. In: Chesnais, F. (Org.). *A finança mundializada: raízes sociais, configuração, consequências*. Editora Boitempo. São Paulo, p. 85-108.

Harvey, D. (2014): “O neoliberalismo: história e implicações”. Edições Loyola, São Paulo.

Organização Internacional do Trabalho (OIT) (2018): “OIT: desemprego e déficits de trabalho decente continuarão altos em 2016”. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/oit-desemprego-e-deficits-de-trabalho-decente-continuarao-altos-em-2018/>>. Consultado em: 15/12/2018.

\_\_\_\_\_. (2019). “OIT: desemprego cai no mundo, mas condições de trabalho não melhoram”. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/oit-desemprego-cai-no-mundo-mas-condicoes-de-trabalho-nao-melhoram/>>. Consultado em: 12/10/2019.

Paniago, M. C. S. (2009): “Keynesianismo, neoliberalismo e os antecedentes da ‘crise’ do Estado”. Revista *Temporalis*, Vitória, n. 15, p.1-13.

---

<sup>1</sup> Professor Titular do Departamento de Direito da União Metropolitana de Educação e Cultura (UNIME/BA). Mestre em Economia Regional e Políticas Públicas pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC/BA). Especialista em Direito Público pela Faculdade de Direito Prof. Damásio de Jesus (FDDJ/SP). Especialista em Prática Trabalhista e Processual Civil pela Faculdade Independente do Nordeste (FAINOR/BA). Advogado. E-mail: horigenesfontes@hotmail.com.

<sup>2</sup> Professora Pleno do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC/BA). Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS). Mestre em Economia Europeia e Políticas Comunitárias pela Universidade de Coimbra (UC/PT). Graduada em Ciências Econômicas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS). E-mail: lipinheiro@uesc.br.

<sup>3</sup> Sinteticamente, o keynesianismo se tratou de política cujos objetivos primordiais se concentravam na estabilização econômica por meio da intervenção estatal para a “aceleração do crescimento das taxas de lucratividade com a garantia política e os benefícios econômicos necessários à implementação do consumo de massa, bem como os investimentos em infraestrutura facilitadores da realização do capital” (Paniago, 2009, p. 3). O keynesianismo é tema cuja importância desponta no Estado do Bem-Estar Social Universalista, já que sua base está no alinhamento entre necessidades sociais e desenvolvimento econômico.

<sup>4</sup> Grupo de economistas, filósofos e historiadores, que se reuniam em um *spa* suíço onde, desde 1947, discutiam as ideias neoliberais como melhor forma de economia de Estado. Dentre os estudiosos estavam Friederic Hayek, Karl Popper e Milton Friedman (prêmio Nobel de economia e forte pensador e influenciador do neoliberalismo da Universidade de Chicago, celeiro de aprimoramentos desta teoria e exportadora de pensadores neoliberais até mesmo para a América Latina, como ocorreu no caso chileno) (Harvey, 2014).

<sup>5</sup> A Organização Internacional do Trabalho (OIT) dá conta de que, no ano de 2017, 1,4 bilhão de trabalhadores estavam em empregos vulneráveis e que, em 2019 havia perspectiva de que 35 milhões devem se juntar a eles. Outrossim, segundo o órgão, 360 milhões de pessoas trabalhavam em 2018 em empresas familiares, e 1,1 bilhão por conta própria (OIT, 2018).

<sup>6</sup> Segundo dados da OIT, 172 milhões de pessoas não tinham emprego em 2018. Das que se encontravam empregadas, 3,3 bilhões não possuíam condições adequadas de segurança econômica, oportunidades para avançar ou bem-estar material. Ademais, 700 milhões de pessoas viviam em moderada ou extrema pobreza, muito embora tivessem emprego (OIT, 2019).

<sup>7</sup> Trata-se de teoria que advoga a estabilização econômica por meio de mecanismos monetários, como pelo controle do volume de moeda. Tem dentre seus teóricos expoentes Milton Friedman, daí a relação intrínseca entre esta Escola e o neoliberalismo (Duménil & Lévy, 2005).

<sup>8</sup> Pacto neoliberal entre países capitalistas desenvolvidos, por meio de organismos internacionais como Banco Mundial e FMI, que buscava condicionar países da América Latina à submissão a um plano de estabilização e reforma econômica aprovado por estes organismos, representativos de ajustes estruturais, para gozarem de empréstimos ou investimentos produtivos do capital financeiro ou das multinacionais (Alencar Júnior & Salvador, 2015).

<sup>9</sup> Os termos “globalização” e “mundialização da economia” devem ser preferidos ao termo “mundialização do capital”, já que aqueles, em especial o segundo, podem conduzir a dubiedades no sentido usado. “Em inglês a palavra *global* refere-se tanto a fenômenos ligados à (ou às) sociedade(s) humana(s) no sentido do globo como tal [...], quanto a processos cuja característica é ser ‘global’, unicamente na perspectiva estratégica de um ‘agente econômico’ ou de um ‘ator social’ específico” (Chesnais, 2000, p. 12). Não se deve, entretanto, deixar de considerar a mundialização um fenômeno global na acepção de totalidade sistêmica.